

CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA

Termo de Referência 44/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
44/2026	110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA	PAULO ROGERIO MASTELOTO	17/06/2026 15:27 (v 0.22)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	201/2026	60090.000646/2025-13

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço de rastreamento via satélite e comunicação por mensagens curtas, inclusive emergenciais, com ativação e assinatura de plano e cessão de equipamentos em regime de comodato, nos termos da tabela 01, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 01 - Descrição do objeto

Item	Especificação	CATSER	Métrica	CÓD. PMC-TIC	Qtde estimada	Valor unitário mensal estimado	Valor total mensal estimado	Valor total anual estimado	Valor total estimado da contratação para 36 meses
1	Contratação de serviço de rastreamento via satélite e comunicação por mensagens curtas, inclusive emergenciais, com ativação e assinatura de plano e cessão de equipamentos em regime de comodato	25410	Serviço	Não se aplica	12	R\$ 580,00	R\$ 6.960,00	R\$ 83.520,00	R\$ 250.560,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação é classificado como comum, uma vez que possui características padronizadas pelo mercado, consistindo na prestação de serviço de comunicação e rastreamento via satélite com fornecimento de dispositivos portáteis em regime de comodato, sendo a descrição e os padrões de desempenho e qualidade definidos neste Termo de Referência de maneira objetiva e suficientemente clara, conforme previsto no inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, não se enquadrando como bem ou serviço de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818, de 2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista a necessidade de disponibilização contínua da solução de comunicação e rastreamento satelital para apoio às atividades institucionais realizadas em campo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa para a Administração.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de assinatura do contrato ou da emissão da ordem de início da execução do contrato, podendo ser prorrogado, até o limite de 10 (dez) anos, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua estabelecerá de forma detalhada as regras aplicáveis à vigência da contratação.

Sistema de Registro de Preços

1.6. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), na modalidade pregão eletrônico, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, considerando a possibilidade de variação da demanda operacional ao longo da vigência contratual e a necessidade de flexibilidade para realização de contratações conforme a necessidade do órgão.

1.7. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, não havendo órgãos ou entidades participantes neste procedimento, sendo o próprio CENSIPAM o único contratante das futuras contratações decorrentes da ata.

1.8. Nos termos do §2º do art. 9º do Decreto nº 11.462/2023, não será realizada a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), considerando que o CENSIPAM será o único contratante da futura Ata de Registro de Preços.

1.8.1. Em observância ao art. 10 do Decreto nº 11.462, de 2023, informa-se que, antes da instrução deste processo, a equipe de planejamento consultou as Intenções de Registro de Preços (IRPs) em andamento e contratações similares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema ETP Digital. Deliberou-se pela conveniência de não participação em IRPs de outros órgãos, uma vez que as soluções localizadas focavam na prestação de serviço isolada ou na aquisição definitiva de equipamentos. Tais modelos não atendem à necessidade específica do CENSIPAM de uma solução integrada com regime de comodato, essencial para evitar a obsolescência tecnológica e garantir a manutenção contínua dos dispositivos em missões críticas na Amazônia Legal.

1.9. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, considerando que o dimensionamento da solução foi realizado com base nas necessidades operacionais específicas do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.

1.9.1. A restrição de adesões tem por objetivo preservar o adequado dimensionamento da solução e a gestão operacional da contratação, mantendo a utilização da Ata de Registro de Preços restrita ao órgão gerenciador.

1.10. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor e desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme o art. 15, inciso IX, do Decreto nº 11.462/2023.

1.11. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão possuir prazo de vigência superior ao da ata, limitado ao prazo máximo previsto na legislação, desde que celebrados durante sua vigência, nos termos do Decreto nº 11.462/2023 e da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilização de serviço de comunicação e rastreamento via satélite para apoio às atividades institucionais realizadas em campo pelo CENSIPAM, especialmente em áreas remotas da Amazônia Legal, onde frequentemente não há cobertura de redes convencionais de telecomunicações.

2.1.1. A solução permitirá o envio e recebimento de mensagens curtas, inclusive emergenciais, bem como o rastreamento georreferenciado das equipes em campo, contribuindo para o aumento da segurança dos servidores, o acompanhamento das missões institucionais e a melhoria da eficiência das operações realizadas em áreas de difícil acesso.

2.1.2. O quantitativo estimado de dispositivos foi definido com base na demanda operacional das equipes que atuam em campo e na necessidade de garantir a disponibilidade do serviço durante as atividades institucionais, conforme análise constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.1.3. Os resultados esperados com a contratação incluem a ampliação da capacidade de comunicação das equipes em campo, maior segurança nas atividades realizadas em regiões remotas e melhoria no monitoramento das missões institucionais. A contratação também contribui para a continuidade das operações do órgão em ambientes remotos, mitigando riscos associados à ausência de meios de comunicação convencionais.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000006/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 10/06/2025;

III) Id do item no PCA: 436;

IV) Classe/Grupo: 852 - Serviços de Investigação e Segurança; e

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2024-2027 do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM, conforme demonstrado nas tabelas 02 e 03 a:

Tabela 02 - Alinhamento aos plano estratégicos

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	OE4 – Promover a gestão dos serviços e da infraestrutura tecnológica (Plano Estratégico Institucional do CENSIPAM 2024–2027)
M1	Governo eficiente e sustentável da Estratégia de Governança Digital 2024-2027 - uso de tecnologias digitais para otimizar a infraestrutura tecnológica e apoiar a execução das atividades institucionais

Tabela 03 - Alinhamento ao PDTI

ALINHAMENTO AO PDTI 2024-2027			
ID	Ação do PDTI	ID	Meta do PDTI associada
29	Manter infraestrutura de apoio a missões em campo, incluindo soluções de comunicação e rastreamento para suporte às atividades institucionais	OE2I2	Otimizar e manter o parque de sensores instalados em campo e de apoio às missões institucionais

2.4. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice do presente Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na contratação de serviço de comunicação e rastreamento via satélite, destinado ao apoio às atividades operacionais do CENSIPAM em áreas remotas da Amazônia Legal, caracterizadas pela limitação ou inexistência de cobertura de redes convencionais de telecomunicações.

3.3. A solução será composta pela disponibilização de dispositivos portáteis de comunicação satelital bidirecional com rastreamento integrado, incluindo:

- I – Envio e recebimento de mensagens via rede satelital;
- II – Rastreamento georreferenciado por GNSS/GPS;
- III – Funcionalidade de alerta de emergência (SOS) e Check-ins;
- IV – Envio de mensagens predefinidas e mensagens personalizadas; e
- V – Disponibilização de plataforma de monitoramento das posições e histórico de localização.

3.4. Os dispositivos deverão ser disponibilizados em regime de comodato, com ativação do respectivo serviço de comunicação satelital durante toda a vigência contratual.

3.5. O quantitativo estimado corresponde a até **12 (doze) dispositivos**, incluindo os respectivos serviços de comunicação satelital associados. Os dispositivos portáteis constituem meios necessários à prestação do serviço de comunicação satelital contratado, não caracterizando aquisição de equipamentos pela Administração.

3.6. A contratação será realizada por meio da modalidade pregão, na forma eletrônica, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) como procedimento auxiliar, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

3.7. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

3.7.1. A adoção do critério de menor preço justifica-se em razão da natureza da solução contratada, caracterizada como serviço padronizado de mercado, amplamente disponível e com especificações técnicas objetivamente definidas neste Termo de Referência, não se verificando a necessidade de utilização de critérios de julgamento baseados em técnica e preço, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. A solução deverá prover meios de comunicação e rastreamento das equipes do CENSIPAM em atividades de campo realizadas em áreas remotas, especialmente em regiões com limitação ou inexistência de cobertura de redes convencionais de telecomunicações;

4.1.2. A solução deverá possibilitar a comunicação entre as equipes em campo e as unidades de apoio operacional, permitindo o envio e o recebimento de mensagens necessárias à coordenação das atividades institucionais;

4.1.3. A solução deverá permitir o rastreamento da localização dos dispositivos utilizados pelas equipes em campo, de forma a apoiar o monitoramento das atividades operacionais e aumentar a segurança das equipes em missão; e

4.1.4. A solução deverá garantir a disponibilidade contínua do serviço de comunicação e rastreamento durante a execução das atividades em campo, reduzindo riscos operacionais decorrentes da indisponibilidade de meios adequados de comunicação.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da presente contratação a realização de treinamento ou capacitação para utilização dos equipamentos ou serviços relacionados ao objeto contratado.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação está aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, à Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

4.3.1. Na elaboração do Termo de Referência, foram observadas as vedações previstas no art. 5º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, não havendo previsão de cláusulas que configurem restrição indevida à competitividade, direcionamento do certame, vínculo de subordinação ou interferência na gestão da contratada.

4.3.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2024-2027, disponível em: https://www.gov.br/censipam/pt-br/centraldeconteudos/planejamento/PDTI_CENSIPAM_2024_2027_REVISAO_CIG_v2.pdf.

4.3.3. Plano de Contratações Anual 2026 (PCA), disponível em: <https://pncp.gov.br/app/pca/03277610000125/2026/6>.

4.3.4. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.3.5. Plano de Trabalho Anual – PTA, de 2026, disponível em: <https://siga.sipam.gov.br/contratacoes/iniciativas>.

4.3.6. Planejamento e Gerenciamento de Contratação (PGC) de 2026, disponível em: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-area-trabalhoweb/seguro/governo/area-trabalho>.

4.3.7. Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 – Aprova a Política de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa – POSIN-MD.

4.3.8. Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4, disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf.

4.4. Foi realizada consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não sendo identificados itens padronizados aplicáveis à presente contratação, tendo em vista a natureza específica do objeto, que consiste em prestação de serviço de comunicação e rastreamento via satélite com disponibilização de equipamentos em regime de comodato.

4.5. A presente contratação não se enquadra nas hipóteses previstas no Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, uma vez que não envolve licenciamento de software, desenvolvimento de sistemas, contratação de infraestrutura de nuvem ou aquisição de ativos de tecnologia da informação e comunicação, tratando-se de prestação de serviço.

4.6. Sem prejuízo da aderência geral às normas aplicáveis, registra-se que o objeto da presente contratação foi analisado especificamente quanto às disposições dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, não incidindo em quaisquer das hipóteses vedadas.

4.6.1. No que se refere ao art. 3º, a solução caracteriza-se como solução de TIC única e integrada, composta por bens e serviços interdependentes, não havendo contratação de múltiplas soluções distintas de forma indevida, tampouco a terceirização de atividades de gestão de TIC, as quais permanecem sob responsabilidade da Administração.

4.6.2. Quanto ao art. 4º, não há previsão de contratação de serviços de avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização do objeto pela mesma empresa responsável por sua execução, sendo tais atividades desempenhadas por equipe de fiscalização designada, nos termos da regulamentação vigente.

4.7. Os serviços a serem contratados enquadram-se como atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do CENSIPAM, não envolvendo a execução de atividades finalísticas do órgão, consistindo em solução de comunicação e rastreamento via satélite que atua como meio de apoio às atividades institucionais desenvolvidas em campo, sem implicar transferência de responsabilidade pela execução das competências legais, as quais permanecem sob a gestão e controle da Administração.

4.8. Na elaboração dos autos do presente processo foram observadas, no que couber, as orientações, guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), em especial aqueles relativos ao planejamento da contratação de soluções de TIC, incluindo os artefatos de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, disponíveis na página eletrônica do Governo Digital.

Requisitos de Manutenção

4.9. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas e evolutivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.9.1. Os detalhes relativos à cobertura, prazos e procedimentos para acionamento da garantia, manutenção e assistência técnica encontram-se descritos nos itens específicos deste Termo de Referência.

Requisitos Temporais

4.10. Os serviços deverão ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da formalização do instrumento que autorizar o início da execução contratual, tais como nota de empenho, carta-contrato, ordem de serviço, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, emitido pelo Contratante. O prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, por até igual período, desde que a Contratada apresente justificativa prévia e a prorrogação seja autorizada pelo Contratante

4.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.12. Todos os prazos citados, quando não expressos de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.13. Na execução dos serviços, deverão ser observados os prazos conforme a tabela 04:

Tabela 04 - Prazos de execução dos serviços

Atividade, Tarefa ou Serviço	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de solução de problema
Solução inoperante (Serviços indisponíveis)	Até 12 horas	24 horas
Erros ou problemas reincidentes que impactam a operação da solução.	Até 18 horas	36 horas
Problemas contornáveis, que não afetem o desempenho, o serviço, a operação ou quando a função afetada somente é utilizada eventualmente.	Até 18 horas	48 horas
Procedimentos destinados à implementação de melhorias e correções, elaboração de diagnósticos e esclarecimento de dúvidas	Até 18 horas	48 horas
Envio de equipamento substituto	Até 12 horas	Até 5 dias úteis

4.14. O Contratante realizará o recebimento provisório em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega, para verificação de conformidade com as especificações estabelecidas e da regular ativação do serviço.

4.15. O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação do pleno funcionamento dos equipamentos e dos serviços contratados.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.16. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, bem como demais normas internas aplicáveis.

4.16.1. A Contratada deverá manter sigilo sobre quaisquer informações, dados ou documentos a que tiver acesso em razão da execução do objeto contratual, comprometendo-se a não divulgá-los ou utilizá-los para finalidade diversa da prevista neste Termo de Referência, observando, no que couber, as disposições da Lei nº 13.709 de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

4.16.2. Os conhecimentos, dados e informações de propriedade do CENSIPAM repassados à Contratada em razão da execução contratual constituem informação privilegiada e de caráter confidencial, sendo vedada sua divulgação ou utilização sem autorização prévia e formal do Contratante.

4.16.3. A Contratada deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo, conforme modelos anexos a este Termo de Referência.

4.16.4. A Contratada deverá observar, no que couber, as diretrizes relativas à segurança da informação e privacidade previstas na Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e em seus materiais de apoio publicados pelo órgão central do SISP.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.17. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.17.1. A solução deverá observar a legislação ambiental vigente e as normas aplicáveis à comercialização, utilização e destinação de equipamentos eletrônicos; e

4.17.2. Considerando que os equipamentos serão disponibilizados em regime de comodato, eventual substituição, recolhimento ou destinação final dos dispositivos será de responsabilidade da Contratada, devendo ser observadas as disposições da Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais normas ambientais aplicáveis.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.18. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica do Contratante, tais como:

4.18.1. Os equipamentos fornecidos deverão estar devidamente homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

4.18.2. A solução deverá consistir em equipamento portátil de comunicação via satélite destinado ao uso individual em atividades de campo;

4.18.3. O dispositivo de comunicação satelital deverá possibilitar comunicação bidirecional por meio de rede satelital, permitindo o envio e recebimento de mensagens curtas sem dependência de rede celular terrestre;

4.18.4. O dispositivo deverá possuir capacidade de rastreamento georreferenciado por meio de sistema global de navegação por satélite (GNSS /GPS);

4.18.5. O dispositivo deverá permitir o envio de mensagens de confirmação de status (*check-in*), destinadas à comunicação simplificada de situação operacional;

4.18.6. O dispositivo deverá possuir grau de proteção mínimo IP67 ou equivalente, garantindo resistência à poeira e à imersão temporária em água, adequado ao uso em ambientes externos;

4.18.7. O dispositivo deverá apresentar resistência a impactos ou quedas compatível com uso em atividades de campo, podendo ser comprovada por certificação reconhecida ou norma técnica equivalente;

4.18.8. O dispositivo deverá possuir bateria recarregável integrada;

4.18.9. O dispositivo deverá possuir autonomia mínima de 24 (vinte e quatro) horas de operação contínua, com rastreamento ativo configurado em intervalo de até 10 (dez) minutos, sem necessidade de recarga;

4.18.10. A solução deverá disponibilizar recurso de orientação básica, como bússola digital integrada ou funcionalidade equivalente de auxílio à navegação;

4.18.11. A solução deverá disponibilizar interface de integração (API ou mecanismo tecnológico equivalente) que permita a extração automatizada de dados de rastreamento, posições geográficas e histórico de localização dos dispositivos habilitados, sem custo adicional para o Contratante;

4.18.11.1. A Contratada deverá fornecer documentação técnica da interface de integração disponibilizada, bem como prestar apoio técnico inicial para configuração e habilitação da integração, limitado à disponibilização dos acessos e orientações necessárias, sem ônus adicional para o Contratante.

4.18.12. O dispositivo deverá possuir conectividade Bluetooth, permitindo integração com smartphone ou dispositivo móvel para operação, configuração e gerenciamento por meio de aplicativo móvel compatível;

4.18.13. O plano de serviço associado aos dispositivos deverá contemplar funcionalidades de comunicação e rastreamento sem limitação de quantidade ou franquia de uso, durante toda a vigência contratual;

4.18.14. O plano deverá permitir, no mínimo:

4.18.14.1. Envio e recebimento de mensagens personalizadas ilimitadas, sem cobrança adicional por volume de mensagens;

4.18.14.2. Envio de alerta de emergência (SOS) ilimitadas, sem restrição de acionamento;

4.18.14.3. Envio de mensagens predefinidas ilimitadas;

4.18.14.4. Envio de *check-ins* ilimitados para registro de posição;

4.18.14.5. Rastreamento com intervalos configuráveis, devendo a solução permitir intervalos de rastreamento iguais ou inferiores a 3 (três) minutos, bem como a configuração de intervalos maiores, conforme necessidade operacional e autonomia energética do dispositivo;

4.18.14.6. Configuração de alertas de movimento com intervalos variáveis a partir de 30 minutos;

4.18.14.7. Cobertura satelital com abrangência mínima em todo o território nacional, incluindo áreas remotas da Amazônia Legal;

4.18.14.8. Disponibilização de plataforma de monitoramento para acompanhamento das posições e histórico de localização; e

4.18.14.9. Inclusão de todas as taxas de ativação ou habilitação do serviço no valor contratado.

4.18.15. Não será admitida a aplicação de franquias de uso, limites quantitativos ou cobrança adicional por volume de mensagens, rastreamento, SOS ou *check-ins* realizados durante a vigência do contrato.

4.19. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pelo Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pelo Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.20. Não se aplica.

Requisitos de Implantação

4.21. Não se aplica.

Requisitos de Garantia e Manutenção

4.22. Os equipamentos, disponibilizados em regime de comodato pela Contratada, deverão possuir garantia durante toda a vigência contratual, abrangendo a substituição de unidades que apresentem defeito de fabricação, vício oculto ou falha de funcionamento decorrente de desgaste natural ou falha técnica, sem ônus para o Contratante.

4.22.1. A garantia deverá contemplar, no mínimo:

4.22.1.1. Diagnóstico do defeito;

4.22.1.2. Reparo ou substituição do equipamento; e

4.22.1.3. Custos de logística associados à substituição ou devolução do equipamento.

4.22.2. A eventual substituição de equipamentos em razão de defeito ou falha deverá observar os prazos de atendimento e solução estabelecidos neste Termo de Referência.

4.23. A Contratada deverá disponibilizar Central de Atendimento para suporte técnico, permitindo a abertura de chamados por, no mínimo, um dos seguintes meios: telefone, aplicativo ou portal *Web*, sem ônus adicional para o Contratante.

4.24. Na abertura de chamados técnicos junto à Central de Atendimento da Contratada deverão ser fornecidas, sempre que possível, as seguintes informações:

4.24.1. Descrição do problema observado;

4.24.2. Identificação do equipamento;

4.24.3. Nome, telefone e e-mail do responsável pela solicitação; e

4.24.4. Classificação do problema para controle de prazo de atendimento, conforme item 4.13 deste Termo de Referência.

4.25. Todas as solicitações realizadas pelo Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado de acompanhamento de chamados, permitindo o controle da execução dos serviços.

4.26. A Contratada deverá informar número de protocolo ou identificador do chamado técnico no ato da abertura do chamado, o qual servirá como referência para acompanhamento da solicitação até o seu encerramento.

4.27. Os serviços de suporte técnico e manutenção corretiva deverão ser prestados durante toda a vigência do contrato, na modalidade 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), sem acréscimo ao faturamento.

4.28. Em caso de falha técnica ou defeito de funcionamento do equipamento, a Contratada deverá providenciar a substituição do dispositivo por outro equivalente ou superior, sem ônus para o Contratante, observados os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, conforme item 4.13.

4.29. A substituição do equipamento deverá ocorrer independentemente da conclusão da análise técnica do defeito, de forma a não interromper a continuidade do serviço contratado.

4.30. Os custos de envio do equipamento substituto e de eventual devolução do equipamento defeituoso serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

4.31. Caso a Contratada identifique indícios de que o defeito ou dano apresentado pelo equipamento decorreu de utilização inadequada, uso em desacordo com as orientações do fabricante, negligência, ação intencional ou qualquer outra conduta atribuível ao Contratante, deverá apresentar relatório técnico circunstanciado contendo, no mínimo:

4.31.1. A identificação do equipamento e dos componentes afetados;

4.31.2. A descrição detalhada da ocorrência constatada;

4.31.3. As evidências técnicas que fundamentem a conclusão acerca da causa do dano ou defeito, incluindo registros, fotografias, laudos, diagnósticos ou outros elementos comprobatórios disponíveis; e

4.31.4. A demonstração do nexo causal entre a conduta identificada e o dano verificado.

4.31.5. Recebido o relatório técnico, a fiscalização do contrato poderá solicitar esclarecimentos, documentos complementares ou diligências adicionais antes da deliberação quanto à caracterização do mau uso.

4.31.6. Não serão considerados como mau uso os danos ou falhas decorrentes de desgaste natural, vício oculto, defeito de fabricação, falhas inerentes à solução, ou da exposição do equipamento às condições ambientais compatíveis com sua finalidade e com as atividades operacionais previstas neste Termo de Referência.

4.31.7. A caracterização de mau uso dependerá de manifestação conclusiva da fiscalização do contrato, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

4.31.8. Confirmada a caracterização de mau uso, a Contratada realizará a reposição do equipamento, fazendo jus ao ressarcimento correspondente ao valor de reposição do bem ou componente efetivamente danificado, observado o limite do valor de mercado do equipamento ou do valor unitário contratado, o que for menor.

4.31.9. O valor do ressarcimento deverá ser demonstrado mediante documentação comprobatória idônea e compatível com os preços praticados no mercado, vedada a cobrança de valores superiores ao efetivamente necessário para a reposição do equipamento ou componente, observado o limite previsto no item 4.31.8.

4.32. A eventual constatação de mau uso não poderá interromper a continuidade do serviço, devendo a Contratada garantir a disponibilização de equipamento substituto até a solução definitiva da ocorrência.

Requisitos de Experiência Profissional

4.33. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.34. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.35. A execução dos serviços ficará condicionada ao recebimento, pela Contratada, de Ordem de Serviço (OS) emitida pelo Contratante.

4.36. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.37. A Contratada deverá fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma:

4.37.1. Com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, por meio eletrônico e telefônico.

4.38. A execução do serviço deverá ser acompanhada pela Contratada, que dará ciência de eventuais acontecimentos ao Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.39. A Contratada deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.39.1. Observar os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade aplicáveis à execução do objeto, nos termos deste Termo de Referência;

4.39.2. Observar a Política de Segurança da Informação do CENSIPAM, bem como as normas internas aplicáveis à proteção de dados e à segurança da informação;

4.39.3. Manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, documentos ou conhecimentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, sendo vedada sua divulgação, reprodução ou utilização para finalidade diversa daquela prevista neste contrato, sem autorização formal do Contratante;

4.39.4. Assegurar que seus empregados, prepostos ou representantes envolvidos na execução contratual também observem as obrigações de confidencialidade e segurança da informação previstas neste Termo de Referência;

4.39.5. Assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo, conforme modelos anexos a este Termo de Referência; e

4.39.6 Observar, no que couber, o Guia de Requisitos e de Obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade, disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf.

Vistoria

4.40. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Sustentabilidade

4.41. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.41.1. A Contratada deverá observar, no que couber, as disposições da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e do Decreto nº 10.936/2022;

4.41.2. A solução deverá privilegiar equipamentos com maior eficiência energética e maior vida útil, visando à redução do consumo de recursos naturais e da geração de resíduos;

4.41.3. Considerando que os equipamentos serão disponibilizados em regime de comodato, a Contratada será responsável pelo recolhimento e destinação ambientalmente adequada dos dispositivos ao final de sua vida útil ou em caso de substituição;

4.41.4. As baterias e componentes eletrônicos dos equipamentos deverão observar as normas ambientais aplicáveis quanto ao armazenamento, transporte e destinação final; e

4.41.5. A Contratada deverá adotar práticas que reduzam o impacto ambiental na prestação do serviço, incluindo a racionalização do uso de materiais e a destinação adequada de resíduos eventualmente gerados.

Da exigência de carta de solidariedade

4.42. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.43. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a solução consiste na prestação integrada de serviço de comunicação e rastreamento via satélite, cuja execução requer responsabilidade técnica e operacional direta da Contratada, bem como controle centralizado sobre a infraestrutura, os dispositivos e o suporte associado, a fim de assegurar a confiabilidade, a disponibilidade e a continuidade do serviço, especialmente em razão de sua utilização em atividades realizadas em áreas remotas.

4.44. Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação consiste em serviço comum de tecnologia da informação e comunicação, caracterizado por solução integrada e amplamente disponível no mercado, cuja execução pode ser realizada por empresa individualmente, não se verificando a necessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras para sua execução.

4.44.1. Ademais, a admissão de consórcios poderia acarretar aumento da complexidade na gestão contratual e na definição de responsabilidades entre as empresas consorciadas, sem apresentar ganhos relevantes em termos de ampliação da competitividade ou de eficiência na execução contratual.

Da exigência de amostra

4.45. Não se aplica.

Garantia da contratação

4.46. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo listadas:

4.46.1. A contratação não envolve a execução de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, tratando-se de prestação de serviço de comunicação e rastreamento via satélite com disponibilização de equipamentos em regime de comodato;

4.46.2. Não se identificam riscos relevantes para a Administração que possam ser mitigados pela exigência de garantia da execução contratual;

4.46.3. O limite máximo legalmente previsto para exigência da garantia (até 5% do valor do contrato) mostra-se insuficiente para assegurar eventual reparação integral de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual;

4.46.4. O pagamento pelos serviços será realizado de forma periódica, após a verificação da efetiva execução contratual, permitindo à Administração realizar eventuais glosas ou aplicar penalidades em caso de descumprimento das obrigações contratuais;

4.46.5. As sanções administrativas previstas na legislação aplicável e neste Termo de Referência mostram-se suficientes para desestimular o descumprimento das obrigações contratuais;

4.46.6. O objeto da contratação caracteriza-se como serviço comum, de baixa complexidade técnica e operacional; e

4.46.7. Ao término da vigência contratual será realizado procedimento formal de encerramento do contrato, com verificação do cumprimento das obrigações contratuais e devolução dos equipamentos disponibilizados em regime de comodato.

Instalação de escritório

4.47. Não se aplica.

Margem de Preferência

4.48. Não se aplica.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

4.49. A demanda institucional do CENSIPAM tem como base as seguintes características:

4.49.1. Utilização de dispositivos de comunicação e rastreamento via satélite em atividades de campo realizadas em áreas remotas, especialmente na região da Amazônia Legal;

4.49.2. Necessidade de comunicação bidirecional, rastreamento georreferenciado, *check-ins* e acionamento de alerta de emergência (SOS) para apoio às equipes em missão;

4.49.3. Operação dos dispositivos em ambientes externos, sujeitos a condições adversas de clima, deslocamento e ausência de infraestrutura de telecomunicações terrestres; e

4.49.4. Necessidade de disponibilidade contínua do serviço de comunicação e rastreamento, com suporte técnico durante toda a vigência contratual.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações da CONTRATADA:

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pelo Contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pelo Contratante, cujo representante terá poderes para sustar a execução do objeto, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e
- 5.2.9. Fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

- 5.3.1. Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
- 5.3.3. Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
- 5.3.4. As formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
- 5.3.5. Definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;
- 5.3.6. Definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:
- 5.3.7. A definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

- 5.3.8. As regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pela Contratada; e
- 5.3.9. As regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1. Início da execução do objeto: O início das atividades de implantação ocorrerá a partir da assinatura do contrato.
- 6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 6.1.2.1. A solução consiste na disponibilização de sistema portátil de comunicação via satélite bidirecional, incluindo rastreamento georreferenciado (GNSS) e alerta de emergência (SOS);
- 6.1.2.2. A ativação do serviço e a habilitação dos dispositivos deverão ocorrer com acompanhamento da equipe de gestão do contrato, incluindo a configuração inicial da interface de integração (API) para extração de dados;
- 6.1.2.3. A contratação dos serviços (incluindo o suporte técnico) dar-se-á em regime integral, na modalidade 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana), ou seja, os serviços deverão estar permanentemente disponíveis todos os dias, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados, durante toda a vigência contratual; e
- 6.1.2.4. A Contratada deve disponibilizar plataforma Web de gerenciamento para acompanhamento em tempo próximo do real das posições e histórico das equipes em campo.
- 6.1.3. Cronograma de realização dos serviços conforme a tabela 05:

Tabela 05 - Cronograma dos serviços

Evento	Atividade	Prazo	Contagem	Responsável
0	Assinatura do Contrato	5	Dias úteis	Contratante/Contratada
1	Reunião Inicial	10	Dias úteis, após a assinatura do contrato	Contratante/Contratada
2	Recebimento da cópia assinada do Contrato	10	Dias corridos, após a assinatura do contrato	Contratada
3	Apresentação de documentação exigida pela Contratada e pelo Contratante	Conforme edital de Pregão	Conforme edital de Pregão	Contratante/Contratada
4	Designação do Preposto	10	Dias corridos, após a assinatura do contrato	Contratada
5	Entrega dos equipamentos configurados, com os serviços ativados	30	Dias corridos, após a assinatura do contrato	Contratada

6	Realização de avaliações e testes e emissão do Termo de Recebimento Provisório do Serviço	5	Dias úteis, após o recebimento dos itens previstos no evento 5	Equipe de fiscalização do contrato
7	Emissão de Termo de Recebimento Definitivo do Serviço	10	Dias úteis, após a emissão do termo previsto no evento 6	Gestor do Contrato
8	Início efetivo da execução e cobrança dos serviços	-	A partir da data do recebimento definitivo previsto no evento 7	Contratada
Mensalmente				
9	Entrega do relatório mensal do serviço prestado ao gestor do contrato com prévia do faturamento	7	Dias corridos após o fechamento do ciclo mensal da prestação do serviço	Contratada
10	Realizar avaliações do serviço prestado no período mensal de apuração, índice de disponibilidade, avaliação do relatório mensal da Contratada, apuração de eventuais glosas e multas	3	Dias úteis, após receber o documento previsto no evento 9	Fiscal técnico do Contrato
11	Solicitação da emissão da Fatura /Nota Fiscal mensal pela Contratada	2	Dias úteis, após o evento 10	Gestor do contrato
12	Remessa da Fatura/Nota Fiscal referente ao serviço prestado no período	-	Não definido	Contratada
13	Verificar Regularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias	2	Dias úteis após recebimento da Fatura /Nota Fiscal	Fiscal Administrativo do Contrato
14	Enviar a Nota Fiscal para Liquidação / Pagamento	03	Dias úteis, após conformidade da etapa 13	Gestor do Contrato
Encerramento Contratual				
15	Emissão do Termo de Encerramento Contratual	-	Não definido	Gestor do Contrato

6.1.4. Etapa de Suporte e Atendimento: O atendimento a chamados observará os níveis de serviço definidos no item 4.13 deste TR, com prazos de início de atendimento vinculados à severidade da ocorrência.

6.2. A entrega inicial dos dispositivos que compõem a solução de comunicação e rastreamento via satélite deverá ser realizada pela Contratada nas unidades do CENSIPAM indicadas na tabela 06, sendo de sua inteira responsabilidade o transporte, seguro, acondicionamento e demais encargos necessários para a entrega dos equipamentos, sem ônus adicional para o Contratante:

Tabela 06 - Locais de entrega

Locais de Entrega dos Equipamentos		
Localidade	Endereço	Quantidade estimada
Centro de Coordenação Geral – CCG	Setor Policial Sul Área 5, Quadra 03, Bloco K, CEP 70610-200 – Brasília/DF	3
Centro Regional de Manaus – CR-MN	Av. do Turismo, 1350, Tarumã, CEP 69049-630 – Manaus/AM	3
Centro Regional de Porto Velho – CR-PV	Av. Lauro Sodré, 6500, Aeroporto, CEP 76803-260 – Porto Velho/RO	3
Centro Regional de Belém – CR-BE	Av. Júlio César, 7060, Val-de-Cans, CEP 66617-420 – Belém/PA	3
Total Estimado		12

6.2.1. Os quantitativos indicados na tabela 06 correspondem à estimativa de distribuição inicial dos dispositivos nas unidades do CENSIPAM, bem como ao limite máximo estimado para registro na Ata de Registro de Preços, podendo a Administração realizar as contratações de forma parcelada ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade operacional, observado o limite máximo registrado para o item.

Local e horário da prestação dos serviços

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

6.3.1. No Centro de Coordenação Geral do CENSIPAM (Brasília) e nos centros regionais do CENSIPAM (Belém, Manaus e Porto Velho), conforme endereços informados no item 6.2, para fins de entrega e suporte administrativo; e

6.3.2. Em áreas remotas da Amazônia Legal e todo o território nacional durante a execução das missões de campo.

6.4. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

6.4.1. Os serviços de comunicação e rastreamento satelital serão prestados em regime 24x7, de forma contínua e ininterrupta.

Rotinas a serem cumpridas

6.5. A execução contratual observará as rotinas previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

Materiais a serem disponibilizados

6.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar, **em regime de comodato**, equipamentos e acessórios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 6.6.1. Até 12 (doze) dispositivos portáteis de comunicação satelital bidirecional, novos, com grau de proteção IP67 e resistência a impactos;
- 6.6.2. Acessórios essenciais: sistema de fixação ou suporte adequado ao transporte em campo (ex.: fita, mosquetão, presilha ou equivalente), cabos de alimentação/dados, bateria recarregável integrada e manual de instruções; e
- 6.6.3. Interface de integração (API) e acesso à plataforma de gerenciamento web sem custos adicionais.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 6.7.1. Atuação em áreas com ausência ou limitação de cobertura de redes convencionais de telecomunicações;
- 6.7.2. Necessidade de suporte a operações simultâneas de monitoramento ambiental, fiscalização e missões técnicas em regiões de difícil acesso; e
- 6.7.3. Interdependência técnica entre o hardware (dispositivos), o serviço de *link* satelital e a plataforma de monitoramento, configurando uma solução integrada.

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6.10. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.11. Não se aplica a adoção de Ordens de Serviço como mecanismo principal de execução contratual, tendo em vista que a prestação do serviço se dará de forma contínua.

6.12. Não haverá comprometimento do Contratante com a solicitação de quantidade mínima de demanda.

6.13. O faturamento mensal será realizado com base no número de dispositivos efetivamente ativados e planos de serviço vigentes no período.

Mecanismos formais de comunicação

6.14. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e a Contratada, os seguintes:

I) Ordem de Serviço;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados; e

V) *E-mails* e Cartas.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.15. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.16. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS a este Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência do contrato, devendo, entretanto, o preposto permanecer disponível para contato e atendimento sempre que solicitado pela fiscalização do contrato.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 dias úteis da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério do Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1. Presença do representante legal da Contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter, no mínimo, o nome completo, o nº do CPF e os dados de contato do profissional designado pela Contratada para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e

7.10.5. Apresentação da documentação técnica ou declaração do fabricante ou fornecedor que comprove as características e a garantia dos equipamentos disponibilizados em regime de comodato.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, incluindo a verificação da efetiva prestação dos serviços, da disponibilidade da solução e da conformidade dos valores apresentados para faturamento, com base nos indicadores de desempenho definidos neste Termo de Referência.

7.12.1. A Contratada deverá encaminhar mensalmente ao fiscal técnico do contrato relatório prévio de apuração da prestação dos serviços, contendo o detalhamento da execução no período e o respectivo valor a ser faturado.

7.12.2. O relatório será analisado pela fiscalização, que poderá validá-lo ou solicitar ajustes, com base na efetiva prestação do serviço e nos indicadores de desempenho definidos neste Termo de Referência.

7.12.3. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura ficará condicionada à validação prévia pela fiscalização.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, nos termos da legislação aplicável.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD/ME nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.21. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD/ME nº 94, de 2022:

- 7.21.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- 7.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 7.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho da despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 7.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 7.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 7.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- 7.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela Contratada confere com o valor apurado pela fiscalização, considerando a efetiva prestação do serviço, eventuais indisponibilidades e os indicadores de desempenho definidos neste Termo de Referência; e
- 7.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:
 - 7.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;
 - 7.21.8.2. à notificação formal de que a empresa Contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto será realizada por meio de indicadores de desempenho, conforme disposto nesta seção, considerando a natureza contínua do serviço de comunicação e rastreamento via satélite.

Tabela 07 - Indicador de Disponibilidade do Serviço

Indicador de Disponibilidade do Serviço	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o percentual de disponibilidade do serviço de comunicação e rastreamento via satélite no período de referência.
Meta a cumprir	Disponibilidade igual ou superior a 95 %.
Instrumento de medição	Relatórios de disponibilidade da solução, registros de indisponibilidade apresentados pela Contratada e/ou verificados pela fiscalização do contrato.

Forma de acompanhamento	Apuração mensal pelos fiscais do contrato, considerando o tempo em que o serviço permaneceu disponível em relação ao tempo total do período de referência.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>Disponibilidade do Serviço (%) = $100 \times (Td / Tt)$</p> <p>Onde:</p> <p>Td = tempo total em que o serviço permaneceu disponível no período;</p> <p>Tt = tempo total do período de apuração.</p>
Observações	<p>Obs1: A medição da disponibilidade será realizada em horas corridas.</p> <p>Obs2: O período de apuração considerará o total de horas do mês de referência.</p> <p>Obs3: As indisponibilidades serão apuradas com base no tempo efetivo de interrupção do serviço, considerando o horário de início e término de cada ocorrência.</p> <p>Obs4: Para fins de cálculo da disponibilidade, serão consideradas indisponibilidades aquelas decorrentes de falhas na infraestrutura da solução contratada, incluindo a plataforma de monitoramento, o serviço de comunicação satelital ou os dispositivos fornecidos, desde que não decorrentes de mau uso, falhas de energia, ausência de visada ao satélite ou fatores externos fora do controle da Contratada.</p>
Início de Vigência	A partir do início da execução contratual.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Disponibilidade $\geq 95\%$: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>Disponibilidade $\geq 80\%$ e $< 95\%$: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>Disponibilidade $\geq 70\%$ e $< 80\%$: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p> <p>Disponibilidade $< 70\%$: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.</p>

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 8.2.1. Não produziu os resultados acordados;
- 8.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 8.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos técnicos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do indicador de disponibilidade do serviço não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 8.4.1. Verificação da ativação e da disponibilidade da solução contratada, mediante aferição do funcionamento dos equipamentos e da prestação do serviço de comunicação e rastreamento via satélite, conforme indicador definido neste Termo de Referência;

8.4.2. A Contratada deverá disponibilizar ao Contratante, mensalmente, até o 7º (sétimo) dia corrido após o fechamento do ciclo mensal da prestação do serviço, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações referentes ao período de apuração:

8.4.2.1. Relação dos equipamentos/terminais ativos no período, com identificação do dispositivo e respectivo status operacional;

8.4.2.2. Registros de indisponibilidade do serviço, quando houver, contendo data, horário de início, duração e causa informada; e

8.4.2.3. Relação de chamados técnicos registrados no período, para fins de acompanhamento da execução contratual.

Recebimento

8.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal de prestação dos serviços, compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês de execução contratual.

8.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.11.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.13. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de funcionamento da solução e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

8.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Procedimentos de Teste e Inspeção

8.22. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, a verificação do atendimento às especificações técnicas e às condições de execução previstas neste Termo de Referência.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) O prazo de validade;

II) A data da emissão;

III) Os dados do contrato e do órgão Contratante;

IV) O período respectivo de execução do contrato;

V) O valor a pagar; e

VI) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e

8.28.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Forma de pagamento

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.38. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 06/03/2026.

8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

8.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

8.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração; e

8.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

8.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pelo Contratante, conforme a tabela 08:

Tabela 08 - Ocorrência, glosa e sanção

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 24 horas úteis.	Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pelo Contratante, até o limite de 3 (três) dias úteis.
		Após o limite de 3 (três) dias úteis, aplicar-se-á multa de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
2	Não atender ao Indicador de Disponibilidade do Serviço (IDS).	IDS >= 95%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IDS >= 80% e < 95%: 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IDS >= 70% e < 80%: 20% (vinte por cento) de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IDS < 70%: 30% (trinta por cento) de desconto sobre o valor da fatura mensal.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela e/ou requisitos de segurança da informação.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2 % (dois por cento) do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a Contratada:

- 9.2.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- 9.2.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;

- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave; e

9.4.4. Multa:

9.4.4.1. **Moratória**, para as infrações descritas no item 9.3 alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 3 (três) dias úteis;

9.4.4.2. **Compensatória**, para as infrações descritas no item 9.3 alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

9.4.4.3. **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista no item 9.3 alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

9.4.4.4. **Compensatória**, para a infração descrita no item 9.3 alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

9.4.4.5. **Compensatória**, em substituição à multa moratória para a infração descrita no item 9.3 alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação; e

9.4.4.6. **Compensatória**, para a infração descrita no item 9.3 alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

9.4.4.6.1. Atraso superior ao prazo estabelecido para entrega dos equipamentos que compõem a solução de comunicação satelital;

9.4.4.6.2. Atraso na ativação ou habilitação do serviço de comunicação e rastreamento via satélite;

9.4.4.6.3. Não substituição de equipamento defeituoso no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

9.4.4.6.4. Descumprimento injustificado dos prazos de atendimento ou solução de chamados técnicos; e

9.4.4.6.5. Indisponibilidade injustificada da plataforma de comunicação ou rastreamento por período superior ao admitido nos níveis mínimos de serviço estabelecidos no contrato.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou cobrada administrativamente ou judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Os débitos da Contratada para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será realizado de forma continuada, com ativação dos dispositivos e serviços conforme demanda da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, com a adoção do critério de julgamento de menor preço por item, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

10.3.1. Valores unitários: conforme tabela 01 constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Regime de Execução

10.4. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário: contratação da execução do serviço por preço certo de unidades determinadas.

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

10.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial do Governo Federal (<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>).

10.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

10.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

10.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC =

Passivo Circulante

10.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

10.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

10.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.33.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.33.1.1. Para fins de comprovação da experiência do licitante, os atestados deverão demonstrar a execução de serviços de fornecimento, implantação, operação ou gestão de solução de comunicação ou transmissão de dados via satélite ou solução tecnológica equivalente;

10.33.1.2. Os atestados apresentados deverão comprovar a execução de serviços envolvendo, no mínimo, quantitativo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo máximo estimado da contratação, equivalente à operação, gerenciamento ou disponibilização simultânea de, no mínimo, 6 (seis) dispositivos, terminais ou assinaturas de comunicação via satélite; e

10.33.1.3. Os serviços utilizados para comprovação da capacidade técnica deverão ter sido executados por período mínimo de 12 (doze) meses.

10.33.2. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação dos requisitos de quantitativo mínimo e de tempo de execução previstos nos subitens anteriores, desde que os documentos apresentados demonstrem a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

10.33.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

10.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.42.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.42.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.42.6.1. ata de fundação;

10.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 250.560,00 (duzentos e cinquenta mil quinhentos e sessenta reais)**, considerando o quantitativo máximo estimado de até 12 (doze) dispositivos e a vigência contratual de 36 (trinta e seis) meses, conforme detalhamento apresentado na tabela 09:

Tabela 09 - Custo estimado

Item	Especificação	CATSER	Métrica	Qtde estimada	Valor unitário mensal estimado	Valor total mensal estimado	Valor total anual estimado	Valor total estimado da contratação para 36 meses
1	Contratação de serviço de rastreamento via satélite e comunicação por mensagens curtas, inclusive emergenciais, com ativação e assinatura de plano e cessão de equipamentos em regime de comodato	25410	Serviço	12	R\$ 580,00	R\$ 6.960,00	R\$ 83.520,00	R\$ 250.560,00

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao Contratante promover as negociações junto à Contratada, nas seguintes situações:

- 11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 11.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice de reajuste previsto neste Termo de Referência;
- 11.2.5. O fornecedor que não aceitar reduzir o preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade; e
- 11.2.6. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão/Gestão: 110511/0001;
- II) Programa: 6111 – Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional;
- III) Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam;
- IV) Fonte: 1000 - Recursos Livres da União;
- e) Plano Orçamentário: 0004 – telecomunicação, tecnologia da informação, sensores e inovação tecnológica;
- V) Programa de Trabalho (PTRES): 228755;
- VI) Natureza da Despesa: 33.90.40.13 - Comunicação de Dados e Redes em Geral; e
- VII) Código do Sistema PTA/2026: 174/26 – Contratação de serviço de rastreamento via satélite e comunicação por mensagens curtas, inclusive emergenciais, com ativação e assinatura de plano e cessão de equipamentos em regime de comodato.

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, nos termos da legislação vigente de acesso à informação.
- 13.2. O cronograma físico-financeiro da contratação está apresentado na Tabela 10:

Tabela 10 - Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Evento Mensal	Faturamento mensal correspondente aos serviços efetivamente prestados no período de apuração, conforme regras de medição e pagamento estabelecidas no item 8 deste Termo de Referência.	R\$ 580,00 (unitário) R\$ 6.960,00 (12 serviços)
Evento Anual	12 meses de execução contratual (Valor estimado de 12 meses x 12 serviços)	R\$ 83.520,00
Evento Trienal	36 meses de execução contratual (Valor total estimado da contratação de 36 meses x 12 serviços)	R\$ 250.560,00

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO ROGERIO MASTELOTO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 15:10:42.

ANDRE LUIZ PEREIRA VALENTIM

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 15:27:47.

THYAGO PORFIRIA DE OLIVEIRA AMARAL



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 15:14:20.

Despacho: A Autoridade Máxima da Área de TIC é também a Autoridade Competente para aprovação da presente contratação. Aprovo o presente Termo de Referência.

FRANCISCO ENEDELSON PASSOS DA MACENO

Diretor Técnico Substituto do CENSIPAM



Assinou eletronicamente em 17/06/2026 às 15:20:13.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1-termo-de-compromisso-de-manutencao-do-sigilo.pdf (240.88 KB)
- Anexo II - 2-termo-de-ciencia.pdf (189.85 KB)
- Anexo III - 3-ETP_110511-000047-2026.pdf (137.87 KB)



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

[...]



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

[...]

[...]

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

[...]

[...]

[...]

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

[...]

[...]

[...]



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

[...]

[...]

[...]

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

[...]

[...]

[...]

6 – VIGÊNCIA



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

[...]

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

[...]

[...]

[...]

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

[...]

[...]

[...]

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[...]



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>	<hr/> <p><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</p>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>	<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxxx>	
...



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA

Estudo Técnico Preliminar 47/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 60090.000646/2025-13

2. Descrição da necessidade

As atividades institucionais desenvolvidas pelo CENSIPAM ocorrem, em grande parte, em áreas remotas da região amazônica, frequentemente caracterizadas por limitada ou inexistente cobertura de redes convencionais de telecomunicações.

Nesse contexto, identifica-se a necessidade de disponibilização de solução portátil de comunicação via satélite que possibilite o envio e o recebimento de mensagens, o rastreamento das equipes por meio de tecnologia GPS e o acionamento de alerta de emergência (SOS), de forma a assegurar a comunicação, a localização e o suporte às equipes durante a execução de missões institucionais em áreas de difícil acesso.

A solução demandada deverá contemplar sistema portátil de comunicação via satélite, com funcionalidades de comunicação bidirecional, rastreamento e alerta de emergência, adequadas ao emprego em ambientes remotos.

2.1. Justificativa

2.1.1. A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar meios confiáveis de comunicação, rastreamento e acionamento de emergência durante a execução de missões institucionais em áreas remotas da Amazônia Legal, onde a inexistência de cobertura de telecomunicações convencionais representa risco à segurança das equipes em campo.

2.1.2. A indisponibilidade de solução de comunicação via satélite compromete a capacidade de localização das equipes, reduz a segurança dos agentes envolvidos e limita a possibilidade de apoio em situações críticas, impactando diretamente a efetividade das atividades institucionais.

2.1.3. Ressalta-se que compete ao CENSIPAM atuar na proteção da Amazônia Legal por meio da articulação, integração de informações, planejamento e geração continuada de conhecimento, em apoio às ações governamentais. Para o adequado cumprimento dessa missão institucional, faz-se necessária a atualização e ampliação contínua dos meios tecnológicos empregados nas atividades de campo.

2.1.4. Ademais, o serviço a ser contratado possui natureza contínua, uma vez que sua interrupção comprometeria a regularidade das atividades operacionais e o interesse público envolvido, configurando-se como essencial à manutenção das rotinas em campo. O prazo contratual de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, mostra-se adequado em razão da necessidade de assegurar a disponibilidade permanente da solução de comunicação e rastreamento utilizada pelas equipes em áreas remotas da Amazônia Legal. A adoção de vigência mais extensa contribui para a estabilidade da prestação dos serviços, reduz os custos administrativos associados à realização de procedimentos licitatórios recorrentes, minimiza riscos de descontinuidade operacional decorrentes de transições contratuais e favorece o planejamento logístico e orçamentário da Administração. Considerando que a solução envolve a disponibilização de equipamentos em regime de comodato, ativação de serviços, suporte técnico continuado e integração operacional às rotinas institucionais, a contratação por período compatível com a natureza contínua do serviço revela-se mais eficiente e vantajosa para a Administração, em conformidade com o art. 106, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.5. Sob a perspectiva do interesse público, a presente contratação assegura a continuidade das atividades institucionais do CENSIPAM em áreas remotas da Amazônia Legal, contribuindo para a proteção e monitoramento da região, o apoio à tomada de decisão governamental e a segurança das equipes em campo. A indisponibilidade da solução comprometeria a capacidade operacional do órgão, com potenciais prejuízos à execução de políticas públicas e às ações de interesse estratégico nacional.

2.2. Alinhamento aos Planos Estratégicos

2.2.1. Alinhamento ao Plano Estratégico Institucional (PEI) 2024 - 2027

Tabela 01 - Alinhamento ao PEI

Objetivo Estratégico	OE4 - Promover a gestão dos serviços e da infraestrutura tecnológica
Projeto Estratégico	4IE2 - Aprimorar e manter a infraestrutura e o aparato de apoio às missões de campo, manter e disponibilizar soluções de comunicação e telemetria de sensores nas áreas de atuação e de interesse do CENSIPAM.

Tabela 02 - Alinhamento ao PDTIC

ID	Ação do PDTI
29	Manter infraestrutura de apoio a Missões em campo. Garantia, Suporte, Manutenção, Gerenciamento e Logística de equipamentos e comunicação para apoio nas missões dentro da área de abrangência do CENSIPAM (Aeronave Remotamente Pilotada, VSAT transportáveis, Telefonia via satélite, sistema de localização pessoal).

2.2.3. Alinhamento ao Plano de Contratações Anual (PCA) 2026

Tabela 03 - Alinhamento ao PCA

Item	Ação do PCA
035/2026	Contratação de serviço de rastreamento via satélite e comunicação por mensagens curtas, inclusive emergenciais, com ativação e assinatura de plano e cessão de equipamentos em regime de comodato.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação-Geral de Sensores e Inovação	Francisco Correia Lima Neto

4. Necessidades de Negócio

4.1. Requisitos de Negócio (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “a”)

- 4.1.1. Trata-se da contratação de solução de rastreamento e comunicação via satélite destinada a apoiar a execução das atividades institucionais em campo, especialmente em áreas remotas da região amazônica, onde há limitação ou inexistência de cobertura de redes convencionais de telecomunicações.
- 4.1.2. A solução deverá permitir a comunicação contínua das equipes, independentemente da localização geográfica, assegurando a troca de informações essenciais à coordenação das atividades, bem como possibilitar a localização das equipes e o acionamento de apoio em situações críticas.
- 4.1.3. Deve ser garantida a disponibilidade de uso contínuo do serviço, de modo a assegurar a regularidade das atividades institucionais em campo e a mitigação de riscos operacionais decorrentes da indisponibilidade de meios adequados de comunicação.

4.2. Requisitos de capacitação (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “b”).

- 4.2.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

4.3. Requisitos legais (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “c”)

- 4.3.1. O presente processo de contratação adere à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.
- 4.3.2. Na elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, foram observadas as vedações previstas no art. 5º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94 /2022, não havendo previsão de disposições que configurem restrição indevida à competitividade, direcionamento do certame, vínculo de subordinação ou interferência na gestão da contratada.
- 4.3.3. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços, devendo ser observada, no que couber, na presente contratação.
- 4.3.4. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2024-2027, disponível em: https://www.gov.br/censipam/pt-br/central-de-conteudos/planejamento/PDTI_CENSIPAM_2024_2027_REVISAO_CIG_v2.pdf.
- 4.3.5. Plano de Trabalho Anual – PTA, de 2026, disponível em: <https://siga.sipam.gov.br/contratacoes/iniciativas>.
- 4.3.6. Planejamento e Gerenciamento de Contratação (PGC) de 2026, disponível em: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-area-trabalho-web/seguro/governo/area-trabalho>.

4.3.7. Resolução CIG-CENSIPAM/SG-MD Nº 1 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 que Aprova o Plano de Segurança Orgânica do Censipam e suas Normas Internas de Aplicação.

4.3.8. Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 – Aprova a Política de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa – POSIN-MD.

4.3.9. Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4, disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf, devendo ser observadas, no que couber, à presente contratação.

4.3.10. Sem prejuízo da aderência geral às normas aplicáveis, registra-se que o objeto da presente contratação foi analisado especificamente quanto às disposições dos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, não incidindo em quaisquer das hipóteses vedadas.

4.3.10.1. No que se refere ao art. 3º, a solução caracteriza-se como solução de TIC única e integrada, composta por bens e serviços interdependentes, não havendo contratação de múltiplas soluções distintas de forma indevida, tampouco a terceirização de atividades de gestão de TIC, as quais permanecem sob responsabilidade da Administração.

4.3.10.2. Quanto ao art. 4º, não há previsão de contratação de serviços de avaliação, mensuração ou apoio à fiscalização do objeto pela mesma empresa responsável por sua execução, sendo tais atividades desempenhadas por equipe de fiscalização designada, nos termos da regulamentação vigente.

4.3.11. A presente contratação não se enquadra nas hipóteses previstas no Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, uma vez que não envolve licenciamento de software, desenvolvimento de sistemas, contratação de infraestrutura de nuvem ou aquisição de ativos de TIC, tratando-se de prestação de serviço de comunicação e rastreamento via satélite com disponibilização de equipamentos em regime de comodato.

4.3.12. Na elaboração dos autos do presente processo foram observadas, no que couber, as orientações, guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), em especial aqueles relativos ao planejamento da contratação de soluções de TIC, incluindo os artefatos de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, disponíveis na página eletrônica do Governo Digital.

4.3.13. Registra-se que o objeto desta contratação enquadra-se como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos do inciso VII do art. 2º da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, fundamentando-se especificamente no item 1.6, alínea 'a', do Anexo II da referida norma (COMUNICAÇÃO DE DADOS). Tal enquadramento deve-se ao fato de a solução consistir na transmissão digital de dados e informações entre dispositivos e no processamento de dados satelitais para rastreamento e mensagens. Ressalta-se que o serviço pretendido não se confunde com os serviços de telefonia ou voz listados nas exclusões da alínea 'b' do mesmo item.

4.4. Requisitos de manutenção (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “d”)

4.4.1. Durante o período de vigência do contrato, todas as correções, atualizações de software e evoluções da solução deverão ser disponibilizadas, cabendo à contratada providenciar os procedimentos necessários à sua implementação e pleno funcionamento.

4.4.2. Os serviços de suporte técnico deverão estar disponíveis em horário integral, na modalidade 24x7 (24 horas por dia, 7 dias por semana) durante toda vigência do contrato.

4.5. Requisitos de temporais (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “e”)

4.5.1. Os equipamentos deverão ser entregues já configurados e com o respectivo serviço devidamente ativado, no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da formalização do instrumento que autorizar o início da execução contratual, tais como nota de empenho, carta-contrato, ordem de serviço, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

4.5.2. A Contratante realizará o recebimento provisório em até **5 (cinco) dias úteis** após a entrega, para verificação de conformidade com as especificações estabelecidas e da regular ativação do serviço.

4.5.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação do pleno funcionamento dos equipamentos e dos serviços contratados.

4.5.4. A execução dos serviços de suporte e atendimento a chamados observará os níveis de serviço e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “f”)

4.6.1. A solução deverá observar a Política de Segurança da Informação do CENSIPAM, bem como as normas internas aplicáveis à proteção de dados e à segurança da informação.

4.6.2. A Contratada deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo, anexos ao Termo de Referência.

4.6.3. A Contratada deverá manter sigilo sobre quaisquer informações, dados, documentos ou conhecimentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, sendo vedada sua divulgação ou utilização para finalidade diversa daquela prevista no contrato, sem autorização formal do CENSIPAM.

4.6.4. A Contratada deverá observar, no que couber, as diretrizes relativas à segurança da informação e privacidade previstas na Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e em seus materiais de apoio publicados pelo órgão central do SISP.

4.7. Requisitos de Sociais, Ambientais e culturais (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso I, alínea “g”)

4.7.1. A solução deverá observar a legislação ambiental vigente, bem como as normas de segurança aplicáveis à comercialização e utilização de equipamentos de comunicação eletrônica.

4.7.2. Considerando que os equipamentos serão disponibilizados em regime de comodato, eventual substituição, recolhimento ou destinação final será de responsabilidade da contratada, observadas as normas ambientais aplicáveis.

4.7.3. A contratação apresenta impacto social positivo ao contribuir para a segurança das equipes em campo e para a continuidade das atividades institucionais em áreas remotas.

4.7.4. Não foram identificados impactos culturais relevantes decorrentes da adoção da solução.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. Requisitos de Arquitetura Tecnológica (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “a”)

5.1.1. A solução deverá consistir em equipamento portátil de comunicação via satélite destinado ao uso individual em atividades de campo.

5.1.2. A solução deverá possibilitar, no mínimo:

5.1.2.1. Envio e recebimento de mensagens curtas bidirecionais;

5.1.2.2. Envio de mensagens predefinidas e mensagens personalizáveis pelo usuário;

5.1.2.3. Rastreamento georreferenciado por sistema global de navegação por satélite (GNSS); e

5.1.2.4. Acionamento de alerta de emergência (SOS) com encaminhamento para central de monitoramento.

5.1.3. A solução deverá possuir cobertura satelital com abrangência mínima em todo o território nacional, incluindo áreas remotas da Amazônia Legal.

5.1.4. O equipamento deverá possuir bateria recarregável com autonomia mínima de 24 (vinte e quatro) horas em modo de rastreamento periódico ativado e envio de mensagens, sem necessidade de recarga.

5.1.5. O equipamento deverá possuir grau de proteção mínimo IP67 ou equivalente, garantindo resistência à poeira e imersão temporária em água, adequado ao uso em ambientes externos.

5.1.6. A solução deverá disponibilizar plataforma de gerenciamento que permita o acompanhamento das posições e histórico de localização dos dispositivos habilitados.

5.1.7. Os equipamentos fornecidos deverão estar devidamente homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

5.1.8. A solução deverá garantir disponibilidade média mensal do serviço de 95%.

5.1.9. A solução deverá disponibilizar interface de integração (API ou mecanismo tecnológico equivalente), permitindo a extração automatizada de dados de rastreamento e histórico de localização dos dispositivos habilitados sem custo adicional.

5.1.10. A solução deverá possuir conectividade *bluetooth* para integração com *smartphone* ou dispositivo móvel, permitindo operação e configuração do equipamento por meio de aplicativo móvel.

5.1.11. A contratada deverá fornecer documentação técnica da interface disponibilizada e prestar apoio técnico inicial para configuração e habilitação da integração, sem ônus adicional, limitado à disponibilização dos acessos e orientações necessárias.

5.2. Requisitos de Projeto e de Implementação (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “b”)

5.2.1. A ativação do serviço e a habilitação dos dispositivos deverão ocorrer em conjunto entre a contratada e a equipe de gestão do contrato, incluindo, quando aplicável, a configuração inicial da interface de integração (API).

5.3. Requisitos de Projeto e de Implementação (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “c”)

5.3.1. Não se aplica, considerando tratar-se de solução padronizada de mercado, cuja disponibilização consiste na entrega e ativação dos dispositivos e respectivos serviços, não havendo necessidade de instalação física, implantação estruturada ou adequações técnicas no ambiente da Contratante.

5.4. Requisitos de Garantia e Manutenção (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “d”)

5.4.1. Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia durante toda a vigência contratual, compreendendo a substituição de unidades que apresentem defeito de fabricação, vício oculto ou falhas de funcionamento, sem ônus para a Contratante, quando decorrentes de desgaste natural ou falha técnica.

5.4.2. Na hipótese de dano decorrente de uso inadequado, negligência, extravio ou qualquer outra situação não relacionada ao desgaste natural ou defeito técnico, devidamente comprovada, poderá haver ressarcimento à Contratada, observado o contraditório e a ampla defesa, limitado ao valor de mercado do equipamento ou ao valor unitário contratado, o que for menor.

5.4.2.1. A caracterização de mau uso deverá ser formalmente justificada pela Contratada, mediante laudo técnico ou documentação equivalente.

5.4.3. O recolhimento e a entrega dos equipamentos substituídos serão de responsabilidade da Contratada, sem ônus para a Contratante.

5.4.4. A Contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para registro de chamados técnicos, por meio telefônico ou eletrônico, assegurando a geração de número de protocolo para acompanhamento, durante toda a vigência contratual.

5.5. Requisitos de Capacitação (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “e”)

Não se aplica.

5.6. Requisitos de Experiência Profissional (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “f”)

Não se aplica.

5.7. Requisitos de Formação de Equipe (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “g”)

Não se aplica

5.8. Requisitos de Metodologia de Trabalho (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “h”)

Não se aplica.

5.9. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade (IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, inciso II, alínea “h”)

5.9.1. Aplicam-se os requisitos de segurança da informação e privacidade já definidos no item 4.6 deste Estudo Técnico Preliminar, devendo a Contratada observar integralmente as normas institucionais e a legislação vigente durante toda a execução contratual.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Aplicam-se, ainda, os demais requisitos legais, normativos e técnicos pertinentes à solução contratada, especialmente aqueles previstos na legislação de telecomunicações e nas normas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. A estimativa da demanda para a presente contratação considera a necessidade de disponibilização de **até 12 (doze) dispositivos portáteis de comunicação satelital bidirecional com rastreamento integrado**, incluindo a ativação dos serviços correspondentes e a cessão dos equipamentos em regime de comodato, destinados ao apoio às atividades institucionais realizadas em campo pelo CENSIPAM.

Tabela 04 - Estimativa da Demanda

Item	Descrição do serviço	Quantidade	Unidade	Justificativa
1	Contratação de serviço de rastreamento via satélite e comunicação por mensagens curtas, inclusive emergenciais, com ativação e assinatura de plano e cessão de equipamentos em regime de comodato.	Até 12	Serviço	Conforme descrito na Seção 2 – Descrição da Necessidade.

7.1.1. O quantitativo estimado de até 12 (doze) dispositivos foi definido com base na necessidade de apoio às atividades institucionais realizadas em campo pelas equipes do CENSIPAM, especialmente em operações executadas em áreas remotas da Amazônia Legal, caracterizadas por ausência ou limitação de cobertura de redes convencionais de telecomunicações.

7.1.2. A estimativa de até 12 (doze) dispositivos considera, além da continuidade da capacidade atualmente disponível, a necessidade de manutenção de margem operacional para atendimento simultâneo de diferentes equipes em atividades de campo, bem como para suporte a eventuais operações interinstitucionais, missões emergenciais ou atividades técnicas realizadas em áreas remotas.

7.1.3. Considerou-se, para fins de dimensionamento da demanda, o número de equipes que podem atuar simultaneamente em atividades de campo, incluindo operações de monitoramento ambiental, ações interinstitucionais de fiscalização, missões técnicas e atividades de coleta de dados em regiões de difícil acesso.

7.1.4. A disponibilização de dispositivos individuais de comunicação e rastreamento via satélite contribui para ampliar a segurança das equipes, permitir o acompanhamento de deslocamentos e viabilizar a comunicação operacional com as bases de apoio, especialmente em cenários onde não há disponibilidade de conectividade terrestre.

7.2. Registra-se que o CENSIPAM possui atualmente o Contrato nº 38/2024, vinculado ao processo administrativo SEI nº 60090.000684/2023-12, celebrado com a empresa Fachineli Comunicação Ltda., referente à prestação de serviços de comunicação por mensagens curtas via satélite, incluindo funcionalidades de rastreamento e acionamento de emergência, destinados ao funcionamento de 10 (dez) dispositivos de comunicação satelital utilizados em atividades de campo.

7.2.1. O referido contrato possui vigência até 1º de abril de 2027, sendo necessária a realização de novo processo de contratação com vistas a assegurar a manutenção da capacidade institucional de comunicação e rastreamento das equipes em campo, essencial às atividades operacionais desenvolvidas pelo CENSIPAM em áreas remotas da Amazônia Legal.

7.3. Em atenção ao disposto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que determina a adoção do parcelamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável, registra-se que não se recomenda a divisão da presente contratação em itens independentes.

7.3.1. A solução pretendida consiste em serviço integrado de comunicação satelital, incluindo a disponibilização dos dispositivos em regime de cessão/comodato, ativação do serviço, suporte técnico e acesso à plataforma de monitoramento, os quais possuem interdependência técnica e operacional.

7.3.2. Dessa forma, a eventual divisão do objeto poderia comprometer a adequada prestação do serviço e a responsabilidade integrada pela solução, razão pela qual se conclui pela contratação em item único, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Para esta contratação concluiu-se pela adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, na **modalidade pregão eletrônico**, por tratar-se de solução cuja demanda pode variar ao longo da vigência da contratação, caracterizando-se como contratação sob demanda.

7.4.1. Tal variabilidade decorre da dinâmica das operações de campo realizadas pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM em áreas remotas da Amazônia Legal, as quais dependem do número de missões, das equipes mobilizadas e das necessidades operacionais verificadas ao longo do tempo, podendo implicar a ampliação do quantitativo de dispositivos utilizados nas atividades institucionais. Além disso, as operações de campo do CENSIPAM apresentam variações decorrentes de demandas extraordinárias relacionadas a ações interinstitucionais, missões emergenciais, operações especiais e outras atividades de interesse estratégico, circunstâncias que dificultam a definição precisa do quantitativo efetivamente necessário ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

7.4.2. Nesse contexto, o modelo de registro de preços permite que as contratações sejam realizadas de forma gradual ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária.

7.4.3. A solução envolve dispositivos de rastreamento e comunicação via satélite integrados a serviços de conectividade e plataforma de monitoramento, cujo dimensionamento foi realizado com base nas necessidades operacionais do CENSIPAM.

7.4.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada ao caso concreto, uma vez que a contratação envolve demanda variável e de difícil previsão exata ao longo do tempo, situação para a qual o SRP é especialmente indicado, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

7.4.5. Embora tenha sido estimada demanda de até 12 (doze) dispositivos para fins de planejamento da contratação, a efetiva utilização dos serviços poderá variar ao longo da vigência da ata em função das necessidades operacionais da Administração, razão pela qual a adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se instrumento adequado para compatibilizar a contratação com a evolução da demanda e a disponibilidade orçamentária.

8. Levantamento de soluções

8.1. Com o objetivo de identificar tecnologias capazes de atender aos requisitos de negócio e tecnológicos definidos neste ETP, especialmente quanto à comunicação em áreas remotas da região amazônica, a Equipe de Planejamento da Contratação realizou levantamento de soluções disponíveis no mercado, por meio de:

- 8.1.1. Consulta a contratações similares realizadas por órgãos públicos federais;
- 8.1.2. Pesquisa em plataformas de compras públicas;
- 8.1.3. Análise de catálogos técnicos de fabricantes e fornecedores; e
- 8.1.4. Consulta a dispositivos homologados junto à ANATEL, quando aplicável.

8.2. Em observância ao art. 11, inciso II, alínea 'a' da IN SGD/ME nº 94/2022 e ao art. 12 da IN SEGES nº 58/2022, a equipe realizou pesquisas no Sistema ETP Digital e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em busca de processos licitatórios similares realizados por órgãos federais.

8.2.1. Foram identificados diversos processos de contratação de serviços de rastreamento satelital e comunicação por mensagens em órgãos como, por exemplo, os comandos militares, que possuem necessidades operacionais de campo semelhantes às do CENSIPAM.

8.2.2. Registra-se que a maioria dos processos localizados se concentra na prestação do serviço de forma isolada ou na aquisição definitiva de equipamentos, não tendo sido identificada solução idêntica que preveja o regime de comodato nos sistemas oficiais de consulta de preços. A adoção deste modelo integrado (serviço + comodato), entretanto, encontra justificativa técnica no item 14.4 deste ETP. Tal escolha fundamenta-se na necessidade de evitar a obsolescência tecnológica e garantir a manutenção contínua dos dispositivos em operação pela contratada.

8.2.3. Em observância ao art. 10 do Decreto nº 11.462, de 2023, informa-se que, antes da instrução deste processo, a equipe de planejamento consultou as Intenções de Registro de Preços (IRPs) em andamento e contratações similares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema ETP Digital. Deliberou-se pela conveniência de não participação em IRPs de outros órgãos, uma vez que as soluções localizadas focavam na prestação de serviço isolada ou na aquisição definitiva de equipamentos. Tais modelos não atendem à necessidade específica do CENSIPAM de uma solução integrada com regime de comodato, essencial para evitar a obsolescência tecnológica e garantir a manutenção contínua dos dispositivos em missões críticas na Amazônia Legal.

8.3. Solução Identificadas

Durante o levantamento, foram identificadas as seguintes categorias de soluções tecnológicas disponíveis no mercado:

8.3.1. Solução 1 - Dispositivos de Emergência Satelital (PLB – Personal Locator Beacon)

Trata-se de dispositivos portáteis destinados exclusivamente ao acionamento de alerta de emergência (SOS), transmitindo sinal de socorro via satélite para centros internacionais de busca e salvamento.

Características principais:

- Transmissão de sinal de emergência em frequência dedicada;
- Não permitem envio ou recebimento de mensagens;
- Não realizam rastreamento contínuo da equipe; e
- Atuação voltada exclusivamente para situações críticas.

Aplicabilidade:

Adequados para situações de risco isolado, porém não atendem à necessidade institucional de comunicação operacional contínua e monitoramento das equipes em campo.

8.3.2. Solução 2 - Dispositivos de Rastreamento Satelital Unidirecional

Consiste em dispositivos que transmitem periodicamente a localização geográfica do usuário ou ativo, utilizando rede satelital comercial.

Características principais:

- Envio automático de coordenadas geográficas em intervalos configuráveis;
- Possibilidade de envio de mensagens pré-programadas (em alguns modelos);
- Não permitem troca bidirecional de mensagens personalizadas; e
- Monitoramento por meio de plataforma web.

Aplicabilidade:

Atendem parcialmente às necessidades de rastreamento, porém não possibilitam comunicação operacional bidirecional entre equipes em campo e a base de apoio.

8.3.3. Solução 3 - Dispositivos Satelitais com Comunicação Bidirecional e Rastreamento Integrado

Consiste em equipamentos portáteis que utilizam rede satelital comercial para permitir comunicação bidirecional por mensagens curtas, rastreamento georreferenciado e acionamento de emergência.

Características principais:

- Envio e recebimento de mensagens curtas via satélite;
- Rastreamento contínuo ou sob demanda por GNSS;
- Aacionamento de alerta de emergência (SOS);
- Plataforma de gerenciamento para acompanhamento das equipes; e
- Operação independente de redes celulares terrestres.

Aplicabilidade:

Atendem de forma mais abrangente às necessidades institucionais, ao permitir comunicação operacional contínua e monitoramento das equipes em áreas remotas.

8.4. A descrição da solução foi elaborada com base em requisitos funcionais e operacionais necessários ao atendimento das atividades institucionais do CENSIPAM, não estando vinculada a marca, modelo ou fabricante específico, devendo as soluções ofertadas atender aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

9. Análise comparativa de soluções

9.1. Critérios de Comparação

- 9.1.1. A análise comparativa foi realizada com base nos requisitos de negócio e tecnológicos definidos neste ETP, especialmente quanto a:
- 9.1.1.1. Comunicação bidirecional de mensagens;
 - 9.1.1.2. Rastreamento georreferenciado das equipes;
 - 9.1.1.3. Acionamento de emergência (SOS);
 - 9.1.1.4. Adequação às operações em áreas remotas da Amazônia; e
 - 9.1.1.5. Simplicidade operacional.

9.2. Matriz Comparativa Qualitativa

Tabela 05 - Matriz Comparativa Qualitativa

Critério avaliado	PLB	Rastreamento Unidirecional	Comunicação Bidirecional + Rastreamento
SOS	Sim	Sim	Sim
Rastreamento contínuo	Não	Sim	Sim
Comunicação bidirecional	Não	Não	Sim
Plataforma de Monitoramento	Não	Sim	Sim
Adequação às necessidades operacionais (coordenação, segurança e monitoramento)	Baixa	Parcial	Alta
Aderência aos requisitos desse ETP	Baixa	Parcial	Alta

9.3. Análise Técnica

- 9.3.1. As soluções do tipo PLB atendem apenas a situações de emergência, não contemplando comunicação operacional contínua nem monitoramento sistemático das equipes.
- 9.3.2. Os dispositivos de rastreamento unidirecional permitem monitoramento de posição, porém não possibilitam troca bidirecional de mensagens, o que limita a coordenação operacional durante as missões.
- 9.3.3. As soluções de comunicação satelital bidirecional com rastreamento integrado apresentam maior aderência aos requisitos definidos neste ETP, por combinarem:
- 9.3.3.1. Comunicação operacional contínua;
 - 9.3.3.2. Monitoramento em tempo real;
 - 9.3.3.3. Acionamento de emergência; e
 - 9.3.3.4. Independência de infraestrutura terrestre.

9.4. Conclusão da Análise Comparativa

9.4.1. Dentre as alternativas avaliadas, a categoria de soluções que combina comunicação satelital bidirecional e rastreamento integrado apresenta maior compatibilidade com os objetivos operacionais da Administração.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

10.1. Com base no levantamento de soluções (Item 8) e na análise comparativa (Item 9), foram consideradas inviáveis, para atendimento integral da necessidade institucional descrita neste ETP, as seguintes soluções:

10.1.1. Solução 1 - Dispositivos de Emergência Satelital (PLB – Personal Locator Beacon)

Embora sejam adequados para acionamento de socorro em situações críticas, tais dispositivos não contemplam comunicação operacional bidirecional nem rastreamento contínuo das equipes, não atendendo aos requisitos mínimos definidos para coordenação das atividades em campo e mitigação de riscos operacionais.

10.1.2. Solução 2 - Dispositivos de Rastreamento Satelital Unidirecional

Apesar de permitirem o rastreamento georreferenciado, tais soluções não possibilitam a troca bidirecional de mensagens curtas, o que limita a capacidade de coordenação, atualização de status e comunicação operacional entre as equipes em campo e a base de apoio, não atendendo integralmente aos requisitos de negócio definidos neste ETP.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

11.1. Conforme pesquisa de mercado realizada e juntada aos autos do processo administrativo, foram obtidas referências de preços por meio de cotações formais junto a fornecedores do setor e da análise de contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública.

11.2. A estimativa de custos considerou o modelo de contratação pretendido, consistente na prestação de serviço de comunicação satelital bidirecional com rastreamento integrado, incluindo a disponibilização dos dispositivos em regime de cessão/comodato, a ativação e a assinatura mensal dos serviços correspondentes.

11.3. Para fins de cálculo do Custo Total de Propriedade (Total Cost of Ownership – TCO), adotou-se como valor representativo a **média aritmética** das 4 (quatro) referências válidas obtidas na pesquisa de preços, considerando os seguintes parâmetros:

11.3.1. A quantidade estimada de **12 (doze) dispositivos**;

11.3.2. O período de contratação de **36 (trinta e seis) meses**;

11.3.3. A inclusão de eventuais taxas de ativação e demais serviços associados; e

11.3.4. A cobertura de comunicação satelital com funcionamento em todo o território nacional, especialmente nas áreas remotas da Amazônia Legal onde se concentram as atividades do CENSIPAM.

11.4. Com base nas referências coletadas, o custo mensal estimado por dispositivo (equipamento disponibilizado em regime de comodato com prestação do serviço de comunicação satelital) corresponde ao valor de **R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais)**.

11.4.1. Considerando a utilização de **12 (doze) dispositivos**, o custo mensal global estimado da solução corresponde ao total de **R\$ 6.960,00 (seis mil, novecentos e sessenta reais)**.

11.4.2. Projetando-se a contratação para o período de **36 (trinta e seis) meses**, o Custo Total Estimado da Contratação (TCO) perfaz o valor global de **R\$ 250.560,00 (duzentos e cinquenta mil, quinhentos e sessenta reais)**, conforme memória de cálculo detalhada constante nos autos do processo administrativo.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

12.1. A solução de TIC a ser contratada consiste na disponibilização de 12 (doze) dispositivos de comunicação satelital bidirecional com rastreamento integrado, em regime de cessão/comodato, acompanhados da ativação e assinatura mensal dos serviços correspondentes, destinados ao atendimento das atividades institucionais realizadas em áreas remotas e desprovidas de cobertura de telecomunicações terrestres.

12.1.1. Os equipamentos serão disponibilizados em regime de cessão/comodato, permanecendo sob propriedade da Contratada durante toda a vigência contratual, sendo sua disponibilização parte integrante da prestação do serviço de comunicação satelital. A disponibilização dos dispositivos em regime de cessão/comodato constitui meio necessário para fruição do serviço de comunicação satelital contratado, não caracterizando aquisição de bens pela Administração.

12.1.2. As características técnicas detalhadas da solução encontram-se descritas na Seção 5 – Necessidades Tecnológicas deste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

Tabela 06 - Descrição da Solução

Item	Especificação	CATSER	Unidade	Qtd Mensal	Qtd total (36 meses)
1	Contratação de serviço de rastreamento via satélite e comunicação por mensagens curtas, inclusive emergenciais, com ativação e assinatura de plano e cessão de equipamentos em regime de comodato.	25410	Serviço	12	432

12.2. A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes componentes:

12.2.1. Dispositivo de Comunicação Satelital

O dispositivo de comunicação satelital deverá contemplar as seguintes características mínimas:

- Comunicação bidirecional via satélite, permitindo envio e recebimento de mensagens curtas por meio de rede satelital compatível com a solução ofertada;
- Funcionalidade de envio de mensagem de emergência (SOS), com transmissão automática das coordenadas de posicionamento;
- Função de confirmação de status (“*check-in*”) para comunicação simplificada de situação operacional;
- Rastreamento por coordenadas GNSS/GPS;
- Possibilidade de rastreamento periódico configurável com múltiplas opções de intervalo;
- Capacidade de atualização configurável de alta frequência, com intervalo máximo de até 3 (três) minutos, bem como opções de intervalos maiores para adequação ao perfil da missão e otimização da autonomia energética;
- Disponibilização das posições por meio de plataforma web de gerenciamento, com acesso remoto;
- Recurso de orientação básica por meio de bússola digital integrada ou funcionalidade equivalente de auxílio à navegação;
- Funcionamento autônomo, sem dependência de rede celular terrestre para comunicação satelital;
- Grau de proteção mínimo IP67 (ou superior), garantindo resistência à poeira e à imersão temporária em água, compatível com operações em ambiente externo;
- Resistência a impactos/quedas, com comprovação por certificação reconhecida (ex.: MIL-STD-810 ou padrão equivalente), adequada ao uso em operações de campo; e
- Bateria recarregável integrada, com autonomia mínima de 24 (vinte e quatro) horas de operação contínua com rastreamento ativo configurado, sem necessidade de recarga.
- Conectividade *bluetooth* para integração com *smartphone* ou dispositivo móvel.

12.2.2. Planos de Serviço

A solução deverá contemplar plano de serviço com as seguintes características mínimas:

- Vigência mínima de 12 (doze) meses por dispositivo;
- Pagamento em periodicidade mensal ou conforme modelo contratual definido;
- A solução deverá oferecer rastreamento online e serviços de mapeamento;
- Mensagens personalizadas (criadas pelo usuário) ilimitadas e bidirecionais;
- SOS ilimitado;
- *Check-In* ilimitado;
- Mensagens predefinidas ilimitadas;
- Possibilidade de rastreamento periódico configurável;
- Inclusão de todas as taxas de ativação dos serviços no valor do plano; e
- Cobertura em todo o território nacional.
- Interface de integração (API ou mecanismo tecnológico equivalente), permitindo a extração automatizada de dados de rastreamento e histórico de localização dos dispositivos habilitados

12.2.3. Acessórios

O conjunto do dispositivo de comunicação satelital deverá contemplar os seguintes acessórios:

- Dispositivo portátil de comunicação satelital;
- Sistema de fixação ou suporte adequado ao transporte em campo (ex.: fita, mosquetão, presilha ou equivalente);
- Cabo de alimentação e transferência de dados compatível com o equipamento; e
- Manual ou guia de instruções em meio físico ou digital.

12.3. Não integra o escopo da contratação a adesão a serviços privados externos de busca, salvamento ou monitoramento terceirizado.

12.4. A disponibilidade do serviço de comunicação satelital será de responsabilidade da Contratada, inclusive quanto à interface com a operadora da rede utilizada.

12.5. Em caso de indisponibilidade, a Contratada deverá adotar as providências necessárias ao restabelecimento do serviço, nos prazos definidos no Termo de Referência.

12.6. A ativação dos serviços deverá ocorrer previamente ao recebimento definitivo, a fim de permitir a realização de testes de funcionamento.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 250.560,00

13.1. O valor total estimado da contratação para o período de **36 (trinta e seis) meses** de vigência contratual é de **R\$ 250.560,00 (duzentos e cinquenta mil, quinhentos e sessenta reais)**, conforme demonstrado na Seção 11 – Análise Comparativa de Custos (TCO).

14. Justificativa técnica da escolha da solução

14.1. Considerando que parte relevante das atividades institucionais do CENSIPAM envolve a atuação de equipes em campo em áreas remotas da Amazônia Legal, caracterizadas por limitada ou inexistente cobertura de telecomunicações terrestres, faz-se necessária a disponibilização de solução de comunicação que assegure continuidade operacional, segurança das equipes e capacidade de coordenação durante as missões.

14.2. Com base nos requisitos de negócio e tecnológicos definidos neste Estudo Técnico Preliminar, concluiu-se que a categoria de solução composta por dispositivos portáteis de comunicação satelital bidirecional com rastreamento integrado apresenta maior aderência técnica e operacional, por reunir, de forma combinada:

14.2.1. Troca de mensagens curtas bidirecionais em rede satelital, permitindo coordenação e atualização de situação operacional;

14.2.2. Rastreamento por GNSS/GPS com alta frequência de atualização, apto a viabilizar o acompanhamento de deslocamento e a pronta localização das equipes;

14.2.3. Acionamento de emergência (SOS) com envio automático de coordenadas, como medida adicional de mitigação de riscos; e

14.2.4. Robustez compatível com o uso em ambiente externo (ex.: proteção contra água/poeira e resistência a impactos), indispensável ao contexto das operações em campo.

14.3. As alternativas avaliadas no levantamento e na análise comparativa (Itens 8 e 9) não atenderam integralmente ao conjunto de requisitos mínimos, seja por limitarem-se ao acionamento de emergência, seja por não oferecerem comunicação bidirecional, conforme registrado no Item 10 (Registro de Soluções Consideradas Inviáveis/Parcialmente Aderentes).

14.4. Adicionalmente, a adoção do modelo de contratação com cessão/comodato dos equipamentos associada à assinatura do serviço favorece a continuidade do uso durante a vigência contratual, reduz riscos de descontinuidade por falhas de equipamento e permite padronização do suporte e reposição, conforme requisitos de garantia e manutenção estabelecidos neste ETP, com custos estimados conforme Seção 11 (TCO).

14.5. Considerando que a solução definida neste Estudo Técnico Preliminar caracteriza-se como serviço padronizado de mercado, amplamente disponível e com requisitos técnicos objetivamente definidos, não se identificam variações técnicas relevantes entre as soluções capazes de justificar a adoção de critérios de julgamento baseados em técnica e preço ou melhor técnica.

14.5.1. A análise comparativa realizada (Itens 8 e 9) demonstrou que as soluções disponíveis atendem a requisitos mínimos previamente estabelecidos, sendo desnecessária a avaliação subjetiva de propostas técnicas.

14.5.2. Dessa forma, conclui-se que o critério de julgamento mais adequado para a presente contratação é o de menor preço, nos termos do art. 36 da Lei nº 14.133/2021, por assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

14.6. Dessa forma, a solução descrita na Seção 12 atende ao interesse público ao contribuir diretamente para a segurança e a eficiência das equipes em campo, garantindo meios de comunicação e rastreamento adequados ao contexto operacional do CENSIPAM.

14.7. Estratégia de contratação

14.7.1. Considerando as características da solução e o fato de que o dimensionamento foi realizado com base nas necessidades operacionais específicas do CENSIPAM, optou-se pela realização da contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP).

14.7.2. Considerando ainda que o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM será o único contratante da futura Ata de Registro de Preços, declara-se a não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), nos termos do §2º do art. 9º do Decreto nº 11.462/2023.

14.7.2.1. Nos termos do §2º do art. 9º do Decreto nº 11.462/2023, o procedimento de divulgação da IRP poderá ser dispensado quando o órgão gerenciador for o único contratante da ata de registro de preços.

14.7.2.2. Optou-se pela não divulgação da IRP tendo em vista que a solução objeto da contratação foi dimensionada especificamente para atender às necessidades operacionais do CENSIPAM, no contexto das atividades institucionais realizadas em áreas remotas da Amazônia Legal.

14.7.3. A solução envolve a disponibilização integrada de dispositivos de rastreamento e comunicação via satélite, serviços de conectividade e plataforma de monitoramento, cujo planejamento e estimativa de demanda foram elaborados com base nas necessidades institucionais do órgão, considerando o perfil das operações de campo, a quantidade de equipes mobilizadas e as características das missões realizadas.

14.7.4. Nesse contexto, a eventual participação de outros órgãos poderia alterar o dimensionamento da solução, impactar o planejamento da contratação e comprometer a adequada gestão operacional e contratual dos serviços, uma vez que a ampliação superveniente da demanda poderia exigir quantitativos, condições operacionais e níveis de atendimento distintos daqueles considerados no planejamento inicial.

14.7.5. Dessa forma, concluiu-se pela não divulgação da IRP, bem como pela não participação de outros órgãos neste procedimento de registro de preços e pela não admissão de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, mantendo-se a utilização da ata restrita às necessidades do CENSIPAM.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

15.1. A solução escolhida demonstra-se economicamente vantajosa quando analisada sob a perspectiva do custo total de propriedade (TCO), conforme estimativa apresentada na Seção 11 deste Estudo Técnico Preliminar.

15.2. A adoção do modelo de contratação que integra a cessão dos equipamentos em regime de comodato com a prestação do serviço de comunicação satelital apresenta vantagens econômicas relevantes, dentre as quais se destacam:

- 15.2.1. Eliminação da necessidade de investimento inicial elevado para aquisição definitiva dos equipamentos;
- 15.2.2. Transferência à contratada da responsabilidade pela manutenção, substituição e atualização dos dispositivos durante a vigência contratual;
- 15.2.3. Previsibilidade orçamentária, mediante pagamento periódico pelo conjunto integrado de equipamentos e serviços; e
- 15.2.4. Redução de riscos financeiros associados à obsolescência tecnológica.

15.3. A análise comparativa realizada evidenciou que a solução selecionada apresenta melhor relação custo-benefício em comparação às alternativas avaliadas, uma vez que reúne comunicação bidirecional, rastreamento em alta frequência, robustez operacional e cobertura nacional, atendendo integralmente aos requisitos técnicos e de negócio estabelecidos neste ETP.

15.4. O valor estimado da contratação encontra-se compatível com os preços praticados no mercado e dentro dos limites orçamentários disponíveis para o exercício, conforme dotação prevista.

15.5. Dessa forma, conclui-se que a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, demonstrando-se adequada sob os aspectos técnico e financeiro.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

16.1. A contratação da solução de comunicação e rastreamento via satélite permitirá a obtenção dos seguintes benefícios institucionais:

- 16.1.1. Ampliação da segurança das equipes em campo, por meio da possibilidade de localização em tempo quase real e do acionamento de emergência (SOS) em situações críticas;
- 16.1.2. Estabelecimento de canal de comunicação bidirecional contínuo em áreas remotas da Amazônia Legal, onde não há cobertura de redes convencionais de telecomunicações;
- 16.1.3. Mitigação de riscos operacionais decorrentes da ausência de meios adequados de comunicação e rastreamento durante missões de campo;
- 16.1.4. Melhoria na coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades executadas pelas equipes em operação;
- 16.1.5. Maior previsibilidade e capacidade de resposta em situações de incidente ou necessidade de apoio logístico;
- 16.1.6. Contribuição para a continuidade das atividades finalísticas do CENSIPAM, especialmente no apoio às ações governamentais desenvolvidas em áreas de difícil acesso; e
- 16.1.7. Fortalecimento da governança e da capacidade de monitoramento das operações, com geração de dados históricos de deslocamento para fins de planejamento e avaliação.

17. Providências a serem Adotadas

17.1. Termo de Responsabilidade/ Termo de Cautela

17.1.1. A guarda, a distribuição e a devolução dos equipamentos para uso em missões deverão ser formalizadas mediante Termo de Responsabilidade/Termo de Cautela, com registro do servidor/militar responsável, data de retirada/devolução e condições do equipamento.

17.1.2. Eventuais danos, extravio ou uso inadequado deverão ser apurados em procedimento próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para fins de eventual ressarcimento, conforme condições previstas no Termo de Referência e no contrato.

17.2. Acompanhamento e tratamento de riscos

17.2.1. O Mapa de Riscos deverá ser monitorado durante toda a execução contratual e atualizado sempre que houver alteração relevante no cenário, ocorrência de incidentes ou identificação de novos riscos.

17.2.2. As ações de tratamento de riscos poderão envolver, além da equipe de gestão e fiscalização do contrato, as demais áreas internas competentes, conforme a natureza do risco e as responsabilidades estabelecidas.

17.2.3. No que se refere à Matriz de Alocação de Riscos, prevista no art. 103 da Lei nº 14.133/2021 e mencionada no § 6º do art. 38 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, registra-se que sua previsão no instrumento contratual possui caráter facultativo, cabendo à Administração avaliar sua conveniência e oportunidade conforme as características da contratação.

17.2.3.1. Após análise do objeto, verificou-se que a contratação apresenta baixa complexidade técnica, com riscos previsíveis e usualmente tratados pelas cláusulas contratuais padrão, tais como obrigações da contratada, hipóteses de sanções administrativas, responsabilidade contratual e mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro.

17.2.3.2. Dessa forma, entende-se que a Matriz de Gerenciamento de Riscos já elaborada no planejamento da contratação é suficiente para subsidiar a gestão do contrato, não sendo necessária, neste caso, a inclusão de Matriz de Alocação de Riscos no instrumento contratual.

17.2.3.3. Ressalta-se que os riscos identificados poderão ser adequadamente tratados por meio das cláusulas contratuais usuais e pelos mecanismos de gestão e fiscalização do contrato, não havendo necessidade de formalização específica de matriz de alocação de riscos.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1.1 A Equipe de Planejamento da Contratação, com base nos estudos técnicos realizados neste Estudo Técnico Preliminar, declara viável a contratação da solução de comunicação e rastreamento via satélite descrita neste documento.

A viabilidade técnica foi demonstrada por meio:

- do levantamento de soluções disponíveis no mercado (Item 8);
- da análise comparativa das alternativas (Item 9);
- do registro das soluções consideradas inviáveis ou parcialmente aderentes (Item 10);
- da definição dos requisitos técnicos e de negócio (Itens 4 e 5).

18.1.2 A viabilidade econômica foi evidenciada pela análise comparativa de custos (Item 11) e a estimativa do custo total da contratação (Item 13), com valores compatíveis com os praticados no mercado e adequados à disponibilidade orçamentária do órgão.

18.1.3 Adicionalmente, verificou-se a existência de fornecedores aptos a atender às especificações definidas, não havendo restrição indevida à competitividade do certame.

18.1.4 Dessa forma, conclui-se que a solução proposta é técnica e economicamente viável, estando alinhada às necessidades institucionais e ao interesse público.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO ROGERIO MASTELOTO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:02:33.

ANDRE LUIZ PEREIRA VALENTIM

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 14:04:39.

Despacho: Autoridade Máxima da Área de TIC. Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar.

FRANCISCO ENEDELSON PASSOS DA MACENO

Diretor Técnico Substituto do CENSIPAM



Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 15:22:58.